



INTERROGAÇÕES *QUEER* AO CURRÍCULO: SUBJETIVIDADES, DIFERENÇA E EDUCAÇÃO¹

QUEER INTERROGATIONS TO THE CURRICULUM: SUBJECTIVITIES, DIFFERENCE AND EDUCATION

Robson Guedes da Silva²

Karina Miriam da Cruz Valença Alves³

Resumo: O ensaio em questão, através de interrogações ao currículo, investiga a relação entre a teoria *queer* e a educação, apresentando a conformação do campo teórico em suas relações e problematizações com a escola. Busca, igualmente, pensar nos corpos dissidentes e sua experiência com a escola, apresentando algumas suspeitas sobre a instituição escolar e sua produção de subjetividades. O estudo articula, por meio de uma discussão teórica, ideias ao pensamento que nos favoreçam suspeitar da escola e de sua relação com as diferenças, seus limites e potências.

Palavras-chave: Escola. Corpos dissidentes. Sexualidades.

Abstract: The essay in question, by interrogations of the curriculum, investigates the relationship between *queer* theory and education, presenting the conformation of the theoretical field in its relations and problems with the school. It also seeks to think about dissenting bodies and their experience with the school, presenting some suspicions about the school institution and its production of subjectivities. The study articulates, through a theoretical discussion, ideas to thought that favor us suspecting the school and its relationship with differences, its limits, and powers.

Keywords: School. Dissenting bodies. Sexualities.

¹ Artigo recebido em 10 de novembro de 2020 e aceito em 15 de dezembro de 2020.

² Doutorando e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGE-UFPE). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Foucault e Educação (GEPFE-UFPE). E-mail: robsonguedes00@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0165-1430>.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGE-UFPE). Professora Adjunta do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE-UFPE). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Foucault e Educação (GEPFE-UFPE). E-mail: karinamiriam@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1111-2126>.

Notas introdutórias

Em nossa sociedade, atualmente, os discursos em torno das questões de gênero e sexualidades vêm conformando um cenário significativo de visibilidade. Tal aparecimento possui aspectos difusos, fruto dos movimentos sociais – principalmente os feministas e LGBTQIA+’s –, efeito da chamada ‘política da diversidade’ que invade diversas instituições; e, igualmente, alvo de inúmeras práticas persecutórias e violentas. Essa intensa produção teórico-política não pode ser discutida, neste ensaio, se não recorrermos a algumas interrogações, instigadas pela denominada ‘teoria *queer*’.

No campo acadêmico, levantar problemas e tecer questões, compõem o que chamamos de atividade filosófica, fruto de empenho teórico-analítico em busca de respostas às questões que nos são importantes no presente. Algumas interrogações se acentuaram no final da década de 1960, instadas à efervescência dos movimentos de mulheres e dos movimentos de liberação sexual - aqui no Brasil, conhecido hoje como movimento LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais, Assexuais, *Queers*). É no campo acadêmico que, em meados dos anos 1980, começa a emergir a perspectiva da teoria *queer*, nitidamente marcado pelo comprometimento da crítica à heteronormatividade e pela denúncia aos cânones acadêmicos.

A contribuição da teoria *queer* amalgamou significativos efeitos, diversas produções teóricas articularam novas questões para pensar formas de resistências, práticas subversivas e a aceção da identidade como política. Esses saberes articularam a problematização de vários regimes de saber e de poder, buscando questionar as produções disciplinares que diversas instituições produziram na descontinuidade da história. Instituições que mobilizaram práticas de produção e repressão dos corpos anormais, ou dito em uma perspectiva foucaultiana, o poder produzindo o que nomeia.

A escola, aos olhos da referida teoria, funciona como uma instituição que além de produzir a heterossexualidade compulsória por meio de variadas práticas pedagógicas, naturaliza formas de interdição de qualquer visualidade que se oponha ao seu regime normativo. A igualdade, como noção de equivalência entre os corpos, dilui a diferença em uma massa uniforme, fruto dessas mesmas práticas pedagógicas que objetivam uma dita inclusão.

Neste ensaio, buscamos, a partir de interrogações *queer*, debater sobre as relações que despontam entre os saberes da diferença, as subjetividades coletivas da educação e os processos educativos que despontam neste entrecruzamento. Para tanto, intentamos, inicialmente, de-

monstrar como se conformaram as discussões do campo de saber que chamamos de teoria *queer* e educação. Outro gesto será o de apresentar algumas interrogações *queer* ao currículo, algumas suspeitas sobre a instituição escolar e sua produção de subjetividades. Por fim, almejamos tencionar o presente nutrido pelo repertório *queer*, articulando ideias ao pensamento que nos favoreçam refletir sobre a escola e sua relação com as diferenças, seus limites e potências.

Das condições de emergência de um campo de saber

A teoria *queer*, como conhecemos, emerge no campo do currículo como um desdobramento radical dos questionamentos feministas. Tais indagações dirigidas ao currículo – e, portanto, à escola – concebem-no como um dispositivo sexista. Um dos questionamentos feministas para o campo da educação é, por exemplo, sobre como o currículo e os livros didáticos confirmam estereótipos assentados em desigualdades que, muitas vezes, foram denominadas diferenças – as diferenças que designariam o ser homem ou ser mulher, suas características definidoras, essenciais. Indagando assim, em torno de como a diferença era presumida da desigualdade.

As práticas e estudos feministas buscaram denunciar – mediante processo de desconstrução de práticas discursivas de representações e valores que reiteram as desigualdades de gênero – a manutenção social de práticas violentas contra as mulheres, as inúmeras ausências do que hoje defendemos como ‘direitos humanos’, etc. Questões como a educação, para o campo feminista, por exemplo, não se detinham apenas a ampliação da participação das mulheres no cotidiano escolar.

No centro dessa problemática do feminismo – ou dos feminismos – estava a questão das condições desiguais de escolarização de meninos e meninas, homens e mulheres, e das reais condições de sua permanência e vivência dentro da escola ou da universidade. Neste caso, interrogou-se, por exemplo, o papel ocupado por meninos e meninas nos trabalhos da casa, quando se constatou que as meninas participam muito mais ativamente da manutenção da vida da casa, se responsabilizando por muitas tarefas domésticas das quais os meninos eram dispensados; nisso evidenciou-se que os meninos tinham mais tempo livre e mais tempo para se dedicarem, em casa, às tarefas escolares, o que repercutia – óbvio! – positivamente para as suas expectativas escolares.

Aí, a inspiradora obra de Simone de Beauvoir, ‘O Segundo Sexo’, e sua famosa tese de que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (2009,

p. 361), se tornou o motor conceitual que impulsiona a crítica de que as características que se presumem por natureza “femininas” são aprendidas num longo processo marcado por uma série de injunções que induzem/conduzem à feminilidade, sendo a ‘diferença’ em relação ao homem derivada das desigualdades de gênero engendradas pelos arranjos sócio-históricos e político-culturais, e confirmadas por instituições como a família e escola (DE LAURETIS, 1994, 2019).

Michel Foucault, igualmente, através de seu olhar pós-estruturalista, vai contribuir na conformação de uma nova concepção da sexualidade no ocidente, questionando sua naturalidade, compreendo-a, então, como

o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com grande dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encandeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 2014, p. 115).

Toda essa caixa de ferramentas teórica possibilitou diversas vertentes dos estudos feministas a denunciarem a naturalização da sexualidade como algo dado, assim como seu ideal regulatório. Tais produções denunciavam as inúmeras tecnologias sociais que produzem formas crescentemente sofisticadas de manutenção da heterossexualidade como um regime político dos corpos, no qual a binaridade é a expressão da normalidade e do natural.

A provocação feminista possuía a pretensão, como afirma Guacira Louro (1997, p. 24) de “entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. E aqui nos vemos frente a outro conceito complexo, que pode ser formulado a partir de diferentes perspectivas: o conceito de identidade”. Neste momento, estamos falando de algo em torno dos anos 1970 e 1980, no qual começamos a entender o currículo como um território em disputa onde o que está em questão são as identidades. As análises feministas a partir dos anos 1990 enfatizam que os arranjos sociais estão definidos de acordo com os interesses e as formas masculinas de pensamento e conhecimento. O feminismo vai, especialmente, se valer da categoria gênero como noção que desnaturaliza as identidades sexuais e postula sua dimensão relacional (SCOTT, 2012). Bem como da influência francesa, de um feminismo igualitarista, na articulação dos questionamentos.

Como já supracitado, a teoria *queer* emerge como um desdobramento crítico, uma radicalização do questionamento da necessidade de estabilizar a identidade engendrada pela perspectiva feminista: do ques-

tionamento da essencialização e naturalização das identidades, explorando o aspecto relacional do conceito de gênero. Assim, o termo *queer* passa a funcionar como uma declaração política, mas de uma política “pós-identitária”, que entendeu que a política de identidade, como por exemplo a perseguida por um certo feminismo, que busca definir “quem é a mulher”, serve mais à nossa captura, como sujeitos de nossos processos de subjetivação - ou seja: de nos tornarmos quem somos/estamos - do que à nossa liberação e emancipação.

Podemos afirmar que, a perspectiva *queer* busca ir além das teorias e ações baseadas nas oposições binárias homem/mulher, dando maior atenção aos processos sociais amplos e intercambiáveis que “sexualizam” a sociedade, discursos, grupos ou espaços do tecido social, de forma a heterossexualizá-los ou a homossexualizá-los. Os estudos *queer* não devem ser compreendidos, como pondera Tamsin Spargo, como “um arcabouço conceitual ou metodológico único e sistemático, e sim um acervo de engajamentos intelectuais com as relações entre sexo, gênero e desejo sexual” (SPARGO, 2017, p. 13).

A teoria *queer*, propõe explicitar essas articulações a partir de uma perspectiva preocupada com aqueles sujeitos socialmente estigmatizados, tomados como desviantes da “norma”, dando atenção aos processos sociais instaurados na formação de identidades sociais “normais” ou “desviantes”, expondo seus nichos históricos, políticos e culturais. Nesse sentido, a perspectiva *queer* transcende a preocupação com as identidades de gênero, ou pelo menos a expande até o ponto de alcançar, por exemplo, como tais identidades estão atravessadas por questões como classe, raça, religião, e como tudo isso se articula nos arranjos que temos que dar conta para ser/estar quem somos. E aqui, explicamos a expressão “ser/estar” quem somos: desde uma perspectiva *queer*, percebendo as identidades como provisórias, sendo arranjos narrativos que organizamos em um determinado momento para dar conta de nos descrever a nós mesmos. O *queer*, na verdade, não se restringe à identidade, mas se estende para o questionamento mesmo da política das identidades, sendo o questionamento da estranheza virado contra a cultura dominante, a pergunta *queer* e: como chegamos a definir o que é normal ou não, o que é “igual” à norma ou diferente dela?

Expostas essas condições, o pressuposto da igualdade tão difundido pelo campo da educação, apenas pela garantia ao acesso à escola e aos chamados conteúdos universais estava posta em xeque, quando passamos a entender que, na escola, como qualquer espaço de uma sociedade desi-

gual, “todos são iguais, mas alguns são mais iguais que outros”, para citar a famosa frase de George Orwell em seu ‘A revolução dos Bichos’ (2015, p. 81). Ou seja, os estudos feministas e *queer*, evidenciaram que a igualdade é apenas formal e não substantiva - os estudos feministas ajudaram a evidenciar uma série de coisas que hoje nos parecem óbvias! Mas, que não eram -.

Interrogando o currículo, suspeitando da escola

É propondo o *queer* como uma política pós-identitária para educação que Guacira Louro (2002) mobiliza a emergência do campo *queer* na educação, possibilitando a produção de um repertório teórico que se lançasse a pensar como o *queer* poderia, em termos exequíveis, ser articulado com as práticas cotidianas da educação. Claro que, como um campo múltiplo e sempre em movimento, certa materialização de práticas *queer* se ateve a certos fazeres pedagógicos instados aos mesmos métodos e técnicas já tão denunciados pela própria denúncia *queer* da educação.

A problematização *queer* ao currículo denuncia: está estabelecido na escola que tempos e espaços são os mesmos para todos. Devemos, no ambiente escolar, fazer as mesmas coisas, no mesmo espaço e ao mesmo tempo. Mas, por outro lado, insistimos em afirmar a necessidade de prestar atenção às singularidades, assim como, dizemos que os estudantes são diferentes entre si, que ninguém é igual, que todos têm interesses diferentes, motivações diferentes, têm ritmos de aprendizagem diferentes, etc. E aí se estabelece o paradoxo, ainda insolúvel tanto mais não damos conta nem de pronunciá-lo: como equilibrar tantas diferenciações e o desafio de produzir um coeficiente médio, um padrão médio de experiências de aprendizagem, que depois deverão ser confirmadas nos vários dispositivos avaliativos que engendramos? Alice Lopes, ao refletir sobre os efeitos do tensionamento identidade-diferença, pondera que na medida em que

é questionado o sujeito centrado e com identidades fixas, são desestabilizados os projetos curriculares que têm por propósito formar uma dada identidade no aluno ou operar com uma identidade docente pré-estabelecida. Também são desestabilizados os projetos de formação de um sujeito emancipado e consciente, capaz de dirigir a transformação social (LOPES, 2013, p. 18).

É nesse ponto que se articula o que podemos apontar como uma das questões mais produtivas da relação teoria *queer* - currículo: sobre como os corpos *queer* interrogam a escola na sua dificuldade em equilibrar

a igualdade e a diferença. Essa relação educativa nutre aqui à lógica que liga o sexo (macho ou fêmea), o gênero (masculino ou feminino) e o desejo (a orientação sexual). Logo, mobiliza a compreensão binária e estereotipada dos corpos. Silva nos pondera que, na escola

os estereótipos de gênero estavam não apenas amplamente disseminados, mas eram parte integrante da formação que se dava nas próprias instituições educacionais. O currículo educacional refletia e reproduzia os estereótipos da sociedade mais ampla [...]. De forma similar, os estereótipos e os preconceitos de gênero eram internalizados pelos próprios professores que inconscientemente esperavam coisas diferentes de meninos e meninas (SILVA, 2005, p. 92).

Parece-nos que a desestabilização de fronteiras idenitárias posta em ação pela presença dos corpos *queer* aponta para o centro do paradoxo que aqui nos interessa, explorando-o seus limites ao máximo até desmantelá-lo, assumindo que precisamos ter clareza sobre o que podemos esperar da escola, o que queremos dela: instituição de massa que dissolve singularidades ou espaço que se pode singularizar com as singularidades que cabem dentro dela. Tal provocação mobiliza/mobilizou variadas indagações: como pensar/sentir/viver o corpo não enquadrado no rol das significações que vigoram como consensos? Insistir no trinômio sexo-gênero-desejo garante a capacidade de subverter a lógica de produção de discursos e práticas subalternizantes e de agenciar processos de liberação? E o currículo interpelado pela atitude *queer*, como fica? Que dizer dos conhecimentos ditos universais, que devem ser acessados por todos igualmente na escola... E, cabe novamente perguntar, quem são todos e quem diz quais conhecimentos são universais? Como resolver a dificuldade de termos que acessar conhecimentos “distribuídos igualmente” a “todos” na escola se vivenciamos as aprendizagens atravessados por nossa singularidade?

Pela presença de corpos *queer* na escola somos interpelados não só quanto à sua estranheza (dele/dela: o outro/a outra) no interior de uma instituição que é o reino do mesmo, da mesmice, da mesmidade, mas somos interpelados também quanto à diferença em nós mesmos. E aqui, despontam outras interrogações: quem cabe dentro na escola? Quais esforços temos que fazer para caber nela? E perguntaremos, de modo um tanto provocador, talvez: quem nunca se sentiu “*queer*” na escola? Mas, qual o preço a pagar por desviar da norma? Estamos dispostos a pagá-lo? Mas, também: qual o preço pago para parecer igual à norma?

Os corpos *queer* na escola interrogam sobre a possibilidade de a escola ser o lugar da diferença, mas isso supõe um devir-escola que um dia agenciado pode conduzir à outra forma, não mais forma-escola, à qual o nome escola nem mais corresponderá. Para nós, a presença *queer* na escola interroga os limites mesmos da própria escolarização e a sua escolha por processos homogeneizantes e totalizantes.

Quando dirigimos à estranheza à escola, vemos que estranha mesmo é essa máquina, que se alimenta de diferenças, tantas vezes de desigualdades (porque também entre os “diferentes” alguns são mais “diferentes que os outros”) e cospe uma massa disforme, que serve à modelagem de um estranho mundo desigual.

As práticas pedagógicas funcionam articulando visibilidades e dizibilidades (FOUCAULT, 1979), mediando e transformando as maneiras pelas quais os corpos que habitam a educação compreendem o mundo. Embora hoje assuma um efeito natural, de maneira que se torna quase impossível pensarmos uma formação educativa para além dos muros da escola, haja vista que os conceitos de infância e aluno se entrecruzam produzindo uma interdependência. Podemos afirmar, concordando com Paula Sibília, que

a escola é uma tecnologia de época. Ainda que hoje pareça tão “natural”, algo cuja inexistência seria inimaginável, o certo é que essa instituição nem sempre existiu na ordem de uma eternidade improvável, como a água e o ar, tampouco como as ideias de criança, infância, filho ou aluno, igualmente naturalizadas, mas também passíveis de historicidade (SIBILIA, 2012, p. 16).

Neste sentido, entrevemos junto a Varela e Uria (1999, p. 2), que a escola, como a percebemos atualmente, “não é eterna nem natural; é uma instituição social de aparição recente ligada a práticas familiares, modos de educação e, conseqüentemente, a classes sociais”. Assim, os estudos *queer* nos fazem lembrar que a práticas educativas que destoam da produção normativa não podem ser obtidas simplesmente através da igualdade de acesso ao currículo existente, mas depende de modificações substantivas dos artefatos curriculares na formação docente e na vivência na escola. Ao encarar a problemática dos corpos e das diferenças de frente e assumi-las como questões centrais de nossa formação e da nossa atuação no cotidiano da educação.

Tensionando o presente: subjetividades, diferença e educação

As discussões de gênero e sexualidades acumularam hoje um debate dentro do campo da teorização educacional, sobretudo aquelas chamadas de teorias pós-críticas do currículo. Mas, em termos de institucionalização do debate, não significa que tenhamos incorporado sequer parte dos *insights* dos estudos *queer* ou da pedagogia feminista. Pelo contrário, o que vimos acontecer foi a sua fraca institucionalização pela via da transversalização do tema na escola e no currículo de formação de professores.

Os incessantes ataques à sua institucionalização - haja vista os exemplos do Plano Nacional de Educação/PNE de 2014 e os planos municipais e estaduais de educação, vivenciados pela exclusão de termos como gênero, sexualidade e orientação sexual - são, aliás, expressão de sua pouca assunção como questão estruturante para a docência. A proposta versada nos planos (nacional, estaduais e municipais) salientava através da presença dos termos como gênero, sexualidade e orientação sexual, a importância que eles “fossem como fundamentos de desigualdades sociais e de práticas discriminatórias a serem ‘combatidas’ nas e pelas escolas, fossem como temas importantes na formação de professores” (CARRARA, 2015, p. 323).

Na efervescência de movimentos conservadores pelo país, como a partir de 2014 - se bem que tais movimentos nunca desapareceram do cenário nacional - os planos nacionais, estaduais e municipais, como pondera Anna Luiza e Gustavo Oliveira (2018), foram alvos de ferrenha interdição ao almejar em pontos específicos trabalhar como alguns temas urgentes no campo da educação, como o trato das desigualdades de gênero e orientação sexual. A controvérsia se localiza no

confronto crescente entre os movimentos e discursos que afirmam a dignidade plena e defendem os direitos das mulheres e das pessoas LGBT e os movimentos e discursos conservadores – sobretudo de matriz religiosa evangélica e católica – que têm se fortalecido na última década e que assumiram a luta contra as reivindicações dos movimentos feministas e LGBT como um dos principais focos de sua atuação (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 17).

Para além do levante conservador que estamos ultimamente vivenciando, outros caminhos podem emergir para provocarmos as relações que a educação estabelece com as diferenças que se apresentam nos seus espaços formativos. Devemos encarar de frente - como fizeram em outros lugares, mulheres, negros, pessoas trans e travestis, homossexuais e populações *queer* - a necessária crítica do que até aqui temos considerado como o cânon

científico, estético e literário, a que temos chamado de teorias educacionais e conhecimentos pedagógicos, que têm consubstanciado a nossa formação na academia e a nossa prática na escola como expressão do privilégio de uma cultura eurocêntrica, brancocêntrica, burguesa e heteronormativa.

O cânon do currículo não questiona o que de fato diz quando fala em “teorias e conhecimentos pedagógicos”, que perspectiva expressa e a partir de que posições de sujeito faz passar por “comum” os códigos culturais particulares de um grupo – ou melhor, classe! – cultural e socialmente dominante. Anna Oliveira e Gustavo Oliveira nos apontam que no campo da educação “Com vistas à construção de um padrão de identidade nacional, marcadores sociais de diferença como raça, sexualidade e gênero estavam entre os principais focos das estratégias educacionais no Brasil até meados do século passado” (2018, p. 18).

É tentando pensar sobre o currículo e suas articulações com as discussões da teoria *queer*, que através de um gesto duplo: o do *queer* interrogando o currículo e o da incorporação da temática *queer* no campo da teorização curricular; que alguns teóricos como Louro (2001, 2010) e Silva (2005), contribuíram na construção e nas movimentações teóricas que evidenciam a necessidade de pensar outras práticas pedagógicas sob um olhar *queer*, ou melhor dizendo, traduzir o *queer* para a prática pedagógica (LOURO, 2009).

Se ao compreendermos que as práticas pedagógicas funcionam como operadores de poder articulando a produção de subjetividades cada vez mais instadas à heteronormatividade. Algumas performances reivindicatórias (BUTLER, 2015, 2018) poderiam engendrar práticas contrassexuais (PRECIADO, 2014) postulando a diferença como possibilidade, advogando a denúncia de uma visualidade única, binária, fadada as mesmas capturas da normalização. Portanto, pensar na relação teoria *queer* e educação é mirar no currículo, percebê-lo não como um vilão a se enfrentar, mas como um terreno a se construir, por mais inóspito que seu espaço possa parecer.

Para nós, se trata de uma questão de justiça curricular: é preciso modificar o cânon curricular para refletir as formas pelas quais a diferença é deduzida da desigualdade, produzida por relações sociais assimétricas. Outro gesto importante que se denota no presente é o de pensarmos na educação como um terreno apto a uma “pirataria pedagógica” a tomada de assalto dos dispositivos pedagógicos a favor da produção da dissidência, da antinormatividade em contraposição às normas, mesmo sem exterioridades a elas (SILVA, 2020).

Ao entendermos que o currículo é um artefato de gênero (SILVA, 2005), que corporifica ao mesmo tempo em que produz relações sexistas, racistas e de classe. Uma perspectiva de currículo que abra mão de levar em conta essa dimensão constitui uma perspectiva politicamente fraca, bastante parcial e limitada desse artefato poderoso que é o currículo. Não adianta incluir no currículo informações sobre sexualidade ou o “respeito” à identidade de gênero. Portanto, devemos questionar os processos institucionais e discursivos, as estruturas de significação que definem a nossa lógica e a nossa epistemológica. A ênfase não deve estar apenas na informação, mas numa abordagem que permita desmontar uma racionalidade, criando condições de emergência de outros saberes.

Considerações finais

Almejando estabelecer um debate através de interrogações *queer* ao currículo, este ensaio, buscou pensar sobre as relações que despontam no entrecruzamento entre os saberes da diferença, as subjetividades os processos educativos que despontam entre os corpos dissidentes e o campo da educação. Apresentando a conformação das discussões do campo da teoria *queer* e suas aproximações e provocações ao campo da educação por meio do currículo, visibilizamos algumas questões e suspeitas sobre a instituição escolar em sua produção de subjetividades.

O ensaio apresenta a emergência do campo *queer* em sua denúncia a heteronormatividade e a naturalização da norma, conformando um repertório que contribuiu significativamente para diversas produções acadêmicas, nas mais diversas áreas de conhecimento como a filosofia, sociologia, psicologia, pedagogia, etc. No campo da educação, se apresentando como uma política pós-indenitária, os estudos *queer* inflamaram interrogações ao estatuto da escola moderna, suspeitando sua produção normativa e heterossexualizante.

Buscando tensionar o presente, este estudo intentou refletir sobre nossa contemporaneidade, nos limites e possibilidades que se apresentam como perspectivas possíveis para o campo da teoria *queer* na educação. Entrevendo para além de um cenário de disputas com vários movimentos conservadores, como nos é favorável construir caminhos que contribuam na emergência de práticas decididamente *queer* no cotidiano da educação.

Assim, longe de desejar sanar as interrogações que circundam os campos da teoria *queer* e da educação, almejamos refletir sobre o nosso presente atravessados pelo olhar *queer*, articulando ideias ao pensamento

que nos corroborem pensar sobre a escola e sua relação com as diferenças, seus limites e possibilidades.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. 1ª ed. - Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**; Trad. Renato Aguiar. – 8º ed. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2015.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, v. 21, n. 2, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **O feminismo como crítica da cultura**; Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DE LAURETIS, Teresa. Teoria *queer*, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**; Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOPES, Alice Cassimiro. Teorias pós-críticas, política e currículo. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 39, p. 7-23, 2013.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos *queer*. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

OLIVEIRA, Anna Luiza Araújo Ramos Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. Novas tentativas de controle moral na educação: conflitos sobre gênero e sexualidade no currículo e na formação docente. **Educação Unisinos**, v. 22, n. 1, jan-mar., 2018.

ORWELL, George. **A Revolução dos Bichos**. Paraná: UENP, 2015.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. **Revista Projeto História**, n. 45, p. 327-351, dez., 2012.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, Robson Guedes da. Corpo, masculinidade, moda e biopolítica: apontamentos para uma genealogia da saia. **Revista Periódicus**, v. 1, n.13, mai.-ago., 2020.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria *queer***. Tradução de Heci Regina Candiani; 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

VARELA, Julia; URIA, Fernando Alvarez. A maquinaria escolar. **Teoria e educação**, v.6, 1999.